

# Documentos públicos são queimados em Santa Teresa

**Ministério Público investiga se papéis das secretarias de Saúde, Obras e Administração foram eliminados pelo prefeito da cidade**

**Nilo Tardin**  
SANTA TERESA

**A** Promotoria de Justiça investiga a queima de documentos públicos da Prefeitura de Santa Teresa, região serrana do Estado – que teria sido feita sem observar a legislação em vigor. Um inquérito civil foi instaurado para investigar a razão e quem mandou queimar os papéis das secretarias de Saúde, Obras e Administração.

A denúncia anônima, enviada ao Ministério Público, aponta a incineração de documentos, que teria ocorrido no início da semana passada no pátio de uma usina de lixo da cidade, a mando da atual gestão.

Já a Câmara dos Vereadores de Santa Teresa aprovou o Requerimento 035/2014, do vereador Jorge Natalli (PV), exigindo explicações do prefeito Claumir Zamprogno (PSB) sobre a denúncia. Nove, dos 11 vereadores, assinaram o pedido de informação.

Ontem, a assistente da Promotoria de Santa Teresa Kadja Lucchi confirmou que servidores públicos já foram intimados e ouvidos pelo promotor de Justiça Humberto Alexandre Campos Ramos.



**VEREADOR JORGE NATALLI** mostra requerimento aprovado na Câmara exigindo explicações do prefeito

“A apuração está apenas começando. As pessoas estão sendo ouvidas para saber que tipo de documento foi destruído. As providências estão sendo tomadas”, resumiu.

O vereador Jorge Natalli afirma que existem informações que os documentos, que ocuparam dois contêineres, e teriam sido levados ao local de caminhão, “viraram cinzas” no pátio da usina.

“A atual gestão está sendo acusada de mandar queimar documen-

tos públicos conforme comentários nas ruas da cidade e postagem nas redes sociais. Ainda não temos nada em mãos. Se ficar comprovado, vamos pedir a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)”, disse Natalli.

Segundo ele, não consta que foram feitas fotos, listagem ou criada uma comissão para avaliar os documentos conforme determina a Lei Federal nº 8.159/91. “A eliminação de documentos públicos em

desacordo com a lei poderá caracterizar crime e improbidade administrativa previsto no Código Civil Brasileiro”, disse Natalli.

Ele destaca que teriam sido queimados projetos arquitetônicos, receitas médicas, prontuários e fichas funcionais de servidores públicos.

O empresário César Simonassi se diz apreensivo com o desfecho do sumiço dos documentos. “Não só eu, mas a população precisa de esclarecimentos”, afirmou.

**Prefeito nega ter mandado atear fogo e diz que vai apurar**

O prefeito de Santa Teresa, Claumir Zamprogno (PSB), garantiu que mandou abrir ontem um procedimento administrativo para apurar a denúncia de queima de documentos públicos da prefeitura de Santa Teresa.

“Não mandei queimar nada. Estou sendo caluniado. Foi autorizada apenas uma limpeza nas repartições públicas, conforme recomendação da Vigilância Sanitária. Apenas isso, não decretei varredura em documento algum do município. Também estamos apurando o caso”, disse Zamprogno.

Ele disse que, além do processo interno para apurar se houve uma ordem para atear fogo em papéis do município – e quem teria dado a ordem – o Ministério Público também foi acionado pela prefeitura. “Não tenho motivo algum para atear fogo em documentos. Estou com a consciência tranquila. Meus acusadores é que vão ficar com esse pecado”.

Informações de bastidores dão conta que servidores ouvidos no Ministério Público confirmaram apenas a queima de jornais, folhetos de propaganda, calendários, listas telefônicas, entre outros.



**ZAMPROGNO: investigação interna**